

**SBP alerta para risco do consumo de álcool por crianças e adolescentes durante o verão e no Carnaval**

Alertar pais e responsáveis sobre o aumento do risco de experimentação de álcool por crianças e adolescentes, durante o verão e as festividades de Carnaval. Esse é o intuito da nota divulgada nesta semana pela Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), que destaca a perigosa proliferação de produtos alcoólicos intencionalmente associados às temáticas do universo infantil – como picolés de cervejas e sacolés ou geladinhos de caipirinha.

De acordo com a publicação, essas novidades comerciais – sempre muito atrativas para os jovens e alardeadas pela imprensa com a chegada do verão – são drogas, assim como toda modalidade de bebida alcoólica, com elevado potencial de gerar prejuízos ao desenvolvimento da população pediátrica e expressamente proibidas para menores de 18 anos de idade, conforme estabelece a Lei nº 13.106, de 17 de Março de 2015.

Segundo informam os especialistas do Departamento Científico de Adolescência da SBP, grupo responsável pela elaboração do documento, graças à ampla divulgação, à glamourização e ao fácil acesso, o álcool tem sido utilizado cada vez mais precocemente por crianças e adolescentes.

“O processo de desenvolvimento psiconeurológico perdura até os 25 anos de idade e ocorre de forma não homogênea. A região frontal do cérebro – área responsável pela reflexão sobre consequências e controle de atitudes – amadurece de forma lenta. Essa característica torna os jovens mais suscetíveis às ofertas de recreação inadequada, ainda mais quando eles não recebem informação sobre as ameaças relacionadas ao consumo de álcool”, afirma a hebiatra e presidente do DC de Adolescência da SBP, Alda Elizabeth.

Riscos – Para a especialista, é importante investir em ações de caráter educativo sobre os malefícios do uso precoce, uma vez que pesquisas científicas nacionais e internacionais são unânimes em apontar seus efeitos deletérios para a saúde. Conforme ressalta a nota da SBP, acidentes automobilísticos associados ao álcool são uma das principais causas de morte em jovens de 16 a 20 anos. Além disso, estar alcoolizado aumenta a chance de atividades sexuais sem proteção, de violência sexual, de exposição às infecções sexualmente transmissíveis e o risco de gravidez.

“A sociedade como um todo precisa atuar para não naturalizar o consumo de álcool. Festas infantis, aniversários de 15 anos e qualquer outro evento com ampla participação de crianças ou adolescentes não deve conter bebidas. Os pais também devem desestimular o consumo dos filhos e apoiá-los contra pressões sociais, muitas vezes vindas dos amigos. Vale lembrar que o uso de álcool antes dos 15 anos causa predisposição quatro vezes maior para desenvolver dependência e existe associação direta entre o uso de álcool e outras drogas”, explica Alda Elizabeth.

**Recomendações políticas – Para prevenir e enfrentar as consequências negativas, a Organização Mundial da Saúde (OMS) indica cinco intervenções objetivas – denominadas SAFER (no acrônimo em inglês) – que podem ser adotadas pelo Poder Público para reduzir o consumo destas bebidas pela população, sendo elas:**

1. Reforçar as restrições à disponibilidade de álcool, especialmente para menores de 21 anos (no Brasil, a lei determina a menores de 18 anos);
2. Aplicar medidas punitivas severas para motoristas de qualquer veículo de locomoção que dirija após beber, inclusive os transportes fluviais e marítimos;
3. Facilitar o acesso à triagem, intervenções breves e tratamento para usuários abusivos de bebidas alcoólicas;
4. Impor proibições ou restrições abrangentes à publicidade de álcool, patrocínio e promoção de eventos, especialmente quando acessíveis ao público infantil e juvenil;
5. Aumentar os preços de bebidas alcoólicas por meio de impostos especiais de consumo.

**Recomendações gerais – Por sua vez, a SBP também apresenta indicações com o objetivo de orientar pediatras, pais, familiares, educadores e a sociedade em geral sobre estratégias para prevenir o uso de álcool entre a população pediátrica:**

1. Alertar as crianças e adolescentes, por meio de seus pais, educadores e nas consultas pediátricas, sobre a proibição de venda-consumo de bebidas e iguarias que contenham álcool – incluindo sorvetes, picolés e sacolés – a menores de 18 anos;
2. Alertar sobre as consequências do uso precoce do álcool e de outras drogas, legais e ilegais, especialmente durante a fase do desenvolvimento cerebral;
3. Evitar o uso desenfreado nas festas de família, fato que leva à banalização da alcoolização (“bebedeira”), uma distorção cultural;
4. Reforçar o modelo dos pais no cumprimento da lei, não permitindo o uso de bebidas alcoólicas e outras drogas no convívio familiar;
5. Proibir a oferta de bebidas alcoólicas em festas de aniversário e outras celebrações que tenham a participação de crianças e adolescentes;
6. Conversar com os filhos sobre a publicidade nas mídias, que escondem o lado negativo e prejudicial do álcool à saúde (análise crítica);
7. Não utilizar logos de bebidas alcoólicas, como as cervejas, em camisetas e outros produtos, pois é um modo de marketing que favorece o consumo precoce entre adolescentes;
8. Alertar sobre os riscos de desidratação e de hipoglicemia (baixa da glicose no sangue) em shows, eventos e baladas. Estimular o consumo de água.
9. Estabelecer um telefone de contato para qualquer emergência;
10. Instituir uma rede de apoio com outros pais e com a escola para o planejamento das estratégias de prevenção e cuidados durante festas e outras atividades culturais ou comunitárias.